

ainhas e o patrimônio espeleológico em geral. Admitiu-se que sejam concluídas as normas de uso e que o Conselho Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico apresente uma Moção ao CEDA para que seja ultimada, com maior brevidade, a proposta de uso dos entornos para a proteção das cavidades naturais. Sérgio Pires demonstrou sua preocupação com a atual situação da "Casa do Gomm", no Batel. Ruy Correa Teuerschuetz disse que de conformidade com a Lei Estadual 1.211, o Estado deve agir, tomando a iniciativa nas obras de emergência para a manutenção do bem. Professor Oldemar Blasi perguntou aos Conselheiros sobre o Vale do Japó que pode estar ameaçado de desaparecer. Celso Carneiro sugeriu que se verifique esta possibilidade. Nada mais havendo a constatar, o Presidente em exercício, Celso Fernando de Aguiar Gomes Carneiro, encerrou a reunião e eu, Rosina Coeli Alice Parthen, lavei a presente ata que vai assinada por mim e pelos Conselheiros

*Celso*

*Rosina Coeli Alice Parthen*

*Oldemar Blasi*

*Sérgio Pires*

*fn*

*leo*

Ata da 88ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual do Patrimônio Histórico e Ar-

tístico, realizada no dia 07/06/90.

Nos sete dias do mês de junho de 1990, reuniu-se o Conselho Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico em sua 88ª Reunião Ordinária, na sede da Secretaria de Estado da Cultura, à Rua Ébano Pereira, 240. Estiveram presentes o Professor René Ariel Dotti, como Presidente, e os Conselheiros Ruy Correa Teuerschutte, Ruy Wachowicz, Celso Fernando Gomes Carneiro, Oldemar Blasi, Orlando Bussanello, Alfred Miller, Sérgio Pires, Francisco Carboni e Tezoz Urban Furtado. Justificaram a ausência os Conselheiros José La Pastina Filho, João José Bigarella, Ana Cláudia Chiarotti Cerário e Luiz Carlos Duarte. Estiveram, ainda, presentes à reunião a Arquiteta Seliácia Hart, (consultora do Plano Diretor de Vila Velha), Sérgio Todeschini Alves, Coordenador do Patrimônio Cultural, Rosina Coeli Alice Pachon, Cuadora do Patrimônio Histórico e Artístico e Secretária deste Conselho, Henrique Paulo Achonidlin, Cuador do Patrimônio Natural, e o Historiador Marcello Polimari, da Cuadoria do Patrimônio Histórico e Artístico. O Prof. René Dotti abriu a reunião informando sobre os acontecimentos relativos ao Museu David Carneiro e as recentes matérias jornalísticas, e que o acervo estaria indo a leilão nesta tarde. Logo em seguida o Assessor Jurídico da Secretaria de Estado da Cultura informou que o leilão havia sido suspenso. O Prof. René Dotti passou a presidência da reunião ao Conselheiro Celso Carneiro e pediu licença para se ausentar. O Presidente em exercício, Celso Carneiro, deu sequência à reunião colocando em discussão a ata da última reunião. Aprovada a ata, passou à pauta da reunião, invertendo-se a ordem do assunto, em vista da presença de convidados para a exposição do Plano Diretor

de Vila Velha. O Arquiteto e Conselheiro Orlando Bussarello iniciou a apresentação do plano, explicando que o mesmo foi desenvolvido como um instrumento que virá a orientar as ações futuras na área. Celso Carneiro argumentou que este Conselho, sendo autônomo e tomando conhecimento da ideia geral do que se pretende para a área, irá participar no momento em que a Prefeitura Municipal de Ponta Grossa oficializar o documento. Passou-se ao 1º assunto da pauta: Solicitação de Tombamento da Santa Casa de Misericórdia de Curitiba, feita por ofício da Comissão de Avaliação do Patrimônio Cultural do Município a Coordenadoria do Patrimônio Cultural da Secretaria de Estado da Cultura. Feita a apresentação da proposta, foi amplamente discutida a necessidade de preservação daquele edifício de indiscutível significado histórico, porém, questionou-se muito itens como a concordância da Irmandade quanto ao tombamento e suas implicações; a preservação do edifício acompanhado de seus muros e jardins, a descaracterização interna, já ocorrida, e aquela ocorrida parcialmente nas faces laterais externas, a necessidade de um plano diretor que estabeleça metas e zonas para a ampliação daquele hospital. Celso Carneiro informou ainda que esta é a única Santa Casa, no Brasil, que presta assistência gratuita a indigentes e é administrada graciosamente por pessoas da Irmandade. O Conselho Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico, após todas estas considerações, acordou em que seja primeiramente ouvida a Irmandade e que seja designado como Conselheiro-Relator o Arquiteto Sérgio Pires, para dar andamento a este processo. Passou-se ao 2º assunto da pauta: Tombamento do acur-

o do Arquivo Histórico de Antonina - documentos da Câmara e da Prefeitura Municipal. O Historiador da Coordenadoria do Patrimônio Cultural, Marcello Polinari, fez uma breve apresentação, mostrando claramente a dedicação da equipe de história da Curadoria do Patrimônio Histórico e Artístico na tentativa de proteger este acervo, há vários anos. A atual administração do Prefeito Leopoldino de Abreu Neto está bastante sensível à questão tendo, porém, necessidade de criar o Arquivo Municipal por lei, para então poder investir na sua proteção. O tombamento viria também como reforço à valorização da documentação e apoio à preservação. Conselheiros como Celso Carneiro e Ruy Wachowicz justificaram a necessidade do tombamento pela qualidade do acervo, por ser coleção ímpar, e pela raridade dos exemplares do séc. XVIII. O Prof. Ruy Wachowicz continuou informando que Antonio Vieira dos Santos, em seus livros, copiou a documentação de Panamaquá e Morutes. Não o fez para Antonina porque não iriam remunerá-lo para isso. Portanto, a documentação de Antonina deve ser olhada com carinho. Sugeriu que a Secretaria de Estado de Cultura e a Prefeitura Municipal de Antonina façam esforços no sentido de que numa reunião do Conselho Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico, no município, possa se dar aval à solicitação do Prefeito para o tombamento daquela documentação. Celso Carneiro sugeriu que o Prof. Ruy Wachowicz seja o relator do processo, o que foi aceito por todos os Conselheiros. Por haver sido muito longa a reunião, não foi possível discutir os demais assuntos da pauta, passando-se aos assuntos gerais, a Conselheira Tereza Urban Furtado alertou para o problema na reserva de pinheiros de Mangueirinha, com o litígio naquela gleba, entre a Sla-

viero e os índios, e que a Procuradoria Geral da República deverá reiniciar o processo para que aquela área retorne aos índios. Perguntou se poderia haver o pedido de tombamento da área. O assunto mereceu várias considerações, ficando decidido no levantamento complementar dos dados pela Curadoria do Patrimônio Natural. O Conselheiro Francisco Carboni relatou a situação do Parque Municipal do Iguaçu, em Laranjeiras do Sul, com 831 alqueires. Informou que a Empresa Giacometti Marodin quer doar aquela área mas exige garantias de que a mesma será preservada. O Curador do Patrimônio Natural, presente à reunião, regozijou-se com a iniciativa, comprometendo-se a estabelecer contatos imediatos com o instituidor da doação. Nada mais havendo a constar, o Presidente do Conselho, em exercício, encerrou a reunião e eu, Rosina Coeli Alice Pacheco, lavei a presente ata que vai assinada por mim e pelos membros deste Conselho.









